

Intervenção

Sessão Solene Evocativa dos 45 anos da Autonomia

- Senhor Presidente da República,
- Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,
- Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação de Sua Excelência O Presidente da Assembleia da República,
- Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,
- Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,
- Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores,
- Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,
- Senhoras e Senhores Deputados Regionais,
- Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores,
- Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,
- Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Senhoras e Senhores convidados,

«Antes morrer livres do que em paz sujeitos», frase escrita por Ciprião de Figueiredo em 1582, é um desígnio que merece ser lembrado quando passam 45 anos desde a confirmação da nossa Autonomia na lei fundamental do país.

É – e tem de continuar a ser – a nossa máxima coletiva para enfrentar o presente e o futuro.

No trajeto histórico que percorremos lidámos com constrangimentos de diversa ordem. Tanto resistimos ao centralismo e à pouca sensibilidade política do Terreiro do Paço para com as nossas ilhas, como enfrentámos o isolamento, a descontinuidade geográfica e os avanços da natureza.

Construímos a nossa identidade coletiva à custa da nossa História e da nossa Geografia.

Identidade essa – distinta e particular no espaço português – que foi a razão única e o substrato máximo da Autonomia política e constitucional conquistada no pós-25 de Abril.

Em bom rigor, a consagração constitucional da Autonomia representou um reconhecimento político de que existem comunidades regionais, com interesses próprios no contexto nacional.

Em momento algum, esses interesses próprios podem ser negligenciados ou deixados à mercê de lógicas que condicionam ou rejeitam os princípios autonomistas que nos são tão caros.

Senhoras e Senhores,

Construímos os Açores de hoje porque a nossa Autonomia deu-nos as ferramentas e os instrumentos que não tínhamos antes.

É certo que melhorámos bastante, mas devíamos ter feito mais e melhor.

Os estudos independentes comprovam que os passos que demos não foram suficientes para sermos catapultados para os lugares cimeiros dos diversos indicadores económicos e sociais.

Nas áreas regionalizadas como a educação e a saúde, onde podemos decidir livremente sobre o nosso destino e tomar as nossas próprias decisões, ficámos aquém daquilo que se exigia.

Em tempo de balanços, é preciso pensar e refletir sobre a Autonomia que queremos para futuro. Não podemos perder a oportunidade de melhor servir os nossos cidadãos.

Temos o compromisso comum de preparar hoje, os Açores que queremos para o amanhã que sempre virá.

Senhoras e Senhores,

A Autonomia da nossa Região, cujo quadragésimo quinto aniversário hoje comemoramos, não se pode ficar pelo que já alcançou. Tem de se traduzir em resultados efetivos para as famílias açorianas. Tem de ser um instrumento ao serviço da mudança.

Um dos grandes desafios que se colocam hoje é o desenvolvimento efetivo da nossa Região. É primordial apostar na educação profissional e na formação superior dos jovens que são o futuro dos Açores. Precisamos de vozes críticas e espíritos empreendedores.

Em primeiro lugar, o combate à pobreza estrutural, que grassa nos Açores, é um imperativo ético, e também se faz pela potencialização daquelas que são reconhecidas internacionalmente como as maiores riquezas da Região, seja a paisagem natural como oferta turística ou os produtos locais de excelência que podemos exportar, gerando mais riqueza e melhor emprego.

Enfrentamos ainda hoje um problema que já fora identificado nos primeiros tempos da Autonomia: a superação do nosso próprio condicionalismo territorial no que respeita aos transportes. Aqui, convém salientar que a Autonomia política se traduz também na capacidade de recordar a República das suas obrigações para com a Região, nomeadamente a de promover a correção das desigualdades derivadas da insularidade.

Mas porventura, um dos maiores desafios que se colocam à Autonomia Regional hoje são os impactos que já se começam a sentir no domínio demográfico.

O desafio demográfico implica que todos nós, em parceria com a sociedade açoriana no seu todo, encontremos as soluções para enfrentar o despovoamento populacional e possamos fixar populações nas nossas 9 ilhas.

Senhoras e Senhores,

A situação política atual que se vive na Região Autónoma dos Açores, é motivo de esperança numa Autonomia de melhores resultados no futuro imediato.

A existência de um governo de coligação, pluripartidário, após mais de duas décadas de maioria absoluta, significa um enorme progresso do sistema democrático nos Açores. É pela capacidade de diálogo, pelo compromisso político e pelo pluralismo de opiniões que a Autonomia ganha mais força perante os desafios que os Açores atravessam.

Acreditamos que os passos que se estão a dar nos Açores hoje, colocarão a nossa Região num novo patamar de desenvolvimento e progresso a breve trecho.

Não esqueçamos, porém, a nossa missão coletiva, que não se esgota no tempo, e que passa pela afirmação convicta dos valores autonomistas.

Esta missão exige muito de todos nós.

Exige que lutemos por nós próprios, quando há quem não reconheça as nossas dificuldades.

Exige que lutemos pelas nossas causas, mesmo que haja quem não entenda a firmeza das nossas convicções.

«Antes morrer livres do que em paz sujeitos» continua a ser o mote da nossa ação política.

O nosso compromisso é lutar para que este continue a ser o mote que as futuras gerações irão orgulhar-se de defender nas próximas primaveras da nossa Autonomia.

A Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP,



Catarina Cabeceiras